

TEOLOGIA E MAGISTÉRIO

A FILIAÇÃO DIVINA NA VIDA E NA MENSAGEM DE S. JOSEMARÍA ESCRIVÁ

JORGE MARGARIDO CORREIA

Gostaria de começar a minha intervenção¹ recordando o momento em que na manhã do dia 6 de Outubro passado, na Praça de S. Pedro repleta de fiéis vindos de todo o mundo para participar na canonização de S. Josemaría Escrivá, ecoou o solo magnífico do Salmo II: Dominus dixit ad me: «Filius meus est tu; ego hodie genuit te» (Tu és Meu Filho, eu hoje Te gerei).

E foi muito acertada a escolha deste Salmo Responsorial. De facto, já dez anos antes, naquele mesmo local, na homilia da beatificação, o Santo Padre tinha dito que «a vida espiritual e apostólica do novo beato esteve fundamentada em saber-se, pela fé, filho de Deus em Cristo».

Ao convidarem-me para falar sobre a Filiação divina na vida e na mensagem de S. Josemaría, deparei com uma tarefa ao mesmo tempo fácil e difícil. Fácil, porque a sua vida e os seus ensinamentos são um contínuo exercício da consciência dessa filiação divina. Difícil, porque já foram publicados escritos que tratam exaustivamente desse tema, com uma profundidade que nem as minhas capacidades nem o tempo de que disponho poderão substituir².

Limitar-me-ei, dentro das minhas capacidades, a esboçar um ensaio de testemunho pessoal, enquadrando-o existencialmente: por um lado, na his-

1. Excerto da intervenção na Jornada *A santidade no Mundo*, promovida pelo Mira Clube, a 16-XI-02, na Fundação António Cupertino de Miranda (Porto).

2. Podem-se citar as obras que mais utilizei: F. Ocáriz – I. Celaya, *Viver como Filhos de Deus*, Colecção Éfeso, Rei dos Livros, Lisboa 2000; e F. Fernández-Carvajal – P. Beteta López, *Filhos de Deus*, Diel, Lisboa 1996.

tória da salvação vista como elevação do homem à dignidade de filho de Deus; por outro, na sua importância como um desafio à cultura actual, onde se manifesta uma preocupante perda do sentido da paternidade.

Começo por recordar quando e como é que a filiação divina se tornou vida no Fundador do Opus Dei.

A «EXPERIÊNCIA» DA FILIAÇÃO DIVINA NA VIDA DE S. JOSEMARÍA

1. Um facto histórico

Historicamente, Deus quis configurar esta realidade paterna do seu amor na alma de S. Josemaría num momento muito concreto: no Outono de 1931 (22 de Setembro), quando o Opus Dei tinha apenas três anos de existência. Foi enquanto viajava num carro eléctrico que Deus quis gravar a fogo, na sua alma, com uma nova luz, o conhecimento e o sentimento da filiação divina. Narra-o de um modo sucinto nos seus apontamentos íntimos daquela época: «Estive considerando a bondade de Deus para comigo e, cheio de alegria interior, teria gritado pela rua, para que todos se inteirassem do meu agradecimento filial: Pai! Pai! E, se não gritei, fui chamando-o assim em voz baixa (Pai!) muitas vezes, certo de lhe agradar» (Apontamentos íntimos, n. 296). E, uns dias depois, nos mesmos Apontamentos íntimos, contava que ao meditar precisamente nas palavras do Salmo II «senti a acção do Senhor que fazia germinar no meu coração e nos meus lábios, com a força de algo imperiosamente necessário, esta terna invocação: Abbá, Pater!» (n. 334).

Ficou-lhe assim gravada a convicção de que a existência cristã tem uma característica radical, que a qualifica em todos os seus aspectos: é a vida dos filhos de Deus. «A filiação divina enche toda a nossa vida espiritual, porque nos ensina a tratar intimamente, a conhecer, a amar o Nosso Pai do Céu, e assim enche de esperança a nossa vida interior e dá-nos a simplicidade confiante dos filhos pequenos. Mais ainda: precisamente por sermos filhos de Deus, essa realidade leva-nos também a contemplar com amor e com admiração todas as coisas que saíram das mãos de Deus Pai, Criador. E, deste modo, somos contemplativos no meio do mundo, amando o mundo» (Cristo que passa, 65).

2. Consequências fundacionais e eclesiais

Precisamente, esta é a ideia central da mensagem do Fundador do Opus Dei: a santidade, a plenitude da vida cristã, é acessível a todos os homens, qualquer que seja o seu estado e a sua condição; porque todos são filhos de

Deus e, portanto, a vida quotidiana, em toda a sua diversidade, oferece ocasião para amar a Deus e os homens. «A santidade não é mais do que a perfeição da vida cristã, a plenitude da filiação divina»³.

Entende-se assim que S. Josemaría tenha afirmado que «a filiação divina é o fundamento do espírito do Opus Dei» (Cristo que passa, 64). Um fundamento que, sendo o mesmo da vida cristã em toda a sua riqueza, não só confere a esse espírito a universalidade hoje já bem patente, mas torna-se também uma mensagem aberta e dirigida a todos os homens, no respeito pela pluralidade de carismas e circunstâncias que constituem a comunhão da Igreja universal. E especialmente urgente na nossa época, como veremos.

Mas antes de avançar por aí, é bom reparar em duas características importantes. A primeira é que o «acesso» à consideração da filiação divina não é tanto por via intelectual, mas existencial («saber-se» filho de Deus). A segunda é que este facto configurou definitivamente a vocação de Josemaría Escrivá como uma «paternidade» espiritual, reflexo «do amor do Pai», «donde deriva toda a paternidade no céu e na terra» (*Ef3*, 15).

Deste modo, vivendo a sua paternidade, reflexo da paternidade de Deus, estava a ajudar-nos a descobrir a filiação divina, como fundamento de toda a vida espiritual. E isto tem profundas implicações teológicas e antropológicas, que gostaria de explicar brevemente.

A FILIAÇÃO DIVINA NA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

1. A Queda original

Escrivá de Balaguer sintetizava assim o sentido da nossa existência: «Fomos postos na Terra para entrar em comunhão com o próprio Deus» (Cristo que passa, 100). «Não estamos destinados a uma felicidade qualquer, porque fomos chamados a penetrar na intimidade divina, a conhecer e a amar a Deus Pai, a Deus Filho e a Deus Espírito Santo e, na Trindade e na Unidade de Deus, a todos os anjos e a todos os homens» (Cristo que passa, 133).

De facto, a Revelação diz-nos que o homem foi amorosamente criado por Deus no Filho (criado no Verbo, por Amor), capaz de receber a oferta de comunhão com Deus (capaz de comunhão com o Pai, no Filho e no seu mútuo Amor). E foi feito, não só capaz de, mas sujeito da oferta da comunhão com Deus, destinado portanto a participar da vida íntima de Deus.

3. Citado por D. Álvaro del Portillo in *Mons. Escrivá, testemunha do amor à Igreja*, Cadernos Prumo, n. 13, Lisboa 1977, p. 60.

Quer dizer, Deus quis reconhecer-se em mim, por amor, à semelhança de como se reconhece no Filho Bem-amado. Nisto consiste o facto de o homem ter sido feito à imagem e semelhança de Deus e tem duas consequências:

a) Deus quis mostrar-se a Si mesmo historicamente no homem, tal como se mostra eternamente no Filho;

b) o homem só caminha para a sua plena realização quando se conhece a si mesmo como amado por Deus em Cristo, e ama essa verdade.

Pode-se resumir dizendo que Deus quis implicar-se numa história de amor com o homem, como reflexo do seu mistério infinito e eterno de Amor. Essa relação de amor exprime-se através da relação Paternidade-Filiação, que nos nossos primeiros pais era directa e imediata (não tinham uma paternidade humana), e seria transmitida à sua descendência precisamente mediante a sua própria paternidade humana.

No seu livro-entrevista *Atravessar o limiar da Esperança*, o Santo Padre faz uma síntese da história da Salvação, salientando: «A relação pai-filho é perene. É mais antiga que a história do homem. Os 'raios da paternidade' nesta contidos pertencem ao Mistério trinitário do próprio Deus, que os irradia d'Ele para o homem e para a sua história. Apesar disso, como se sabe pela Revelação, nessa história os 'raios da paternidade' deparam com uma primeira resistência no dado obscuro, mas real, do pecado original. Esta é verdadeiramente a chave para interpretar a realidade. O pecado original não é tão só violação de uma vontade positiva de Deus, mas também, e sobretudo, da motivação que a origina; por isso, tende a abolir a paternidade, destruindo-lhe os seus raios que percorrem o mundo criado, pondo em dúvida a verdade sobre Deus que é Amor, e deixando apenas a consciência do senhor e do escravo. Assim, o Senhor afigura-se cioso do Seu poder sobre o mundo e sobre o homem; o homem, em consequência, sente-se provocado à luta contra Deus»⁴.

2. A Redenção

A consequência desta atitude dos nossos primeiros pais foi que a sua paternidade ficou fatalmente ferida no seu significado mais profundo: o ser imagem da paternidade de Deus. É isso que significa dizer que os nossos primeiros pais transmitiram o pecado original a todos os seus descendentes⁵. De

4. João Paulo II, *Atravessar o limiar da Esperança*, Ed. Planeta, Lisboa 1994, n. 35.

5. Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 403.

facto significa um misterioso impedimento da vontade divina expressar a comunhão de amor trinitária (Pai-Filho) através da criatura amada.

Mas a misericórdia de Deus não se conforma com isso e, no próprio momento em que as consequências se manifestam (em linguagem bíblica, quando o homem saiu do Paraíso), aparece a Promessa de que na descendência de Eva (a mãe de todos os viventes) haverá uma vitória sobre a mentira e a morte suscitadas pela serpente (o demónio).

É o que nos recorda Josemaría Escrivá, quando diz que «Adão não quis ser um bom filho de Deus, e revoltou-se. Mas, desde então, ouve-se, continuamente, o eco dessa feliz culpa – a culpa feliz, ditosa – que a Igreja canta, cheia de alegria, na Vigília do Domingo da Ressurreição.

«Deus Pai, chegada a plenitude dos tempos, enviou ao mundo o seu Filho Unigénito, para que restabelecesse a paz; para que, redimido o homem do pecado, adoptionem filiorum reciperemus, para que recebêssemos a adopção de filhos (*Gal 4, 5*), fôssemos constituídos filhos de Deus, libertos do pecado, e capazes de participar na vida íntima da divina Trindade» (Cristo que passa, 65).

É interessante ter presente a parábola do Filho pródigo (cf. *Lc 15, 11 ss*), vendo-a como a parábola da Queda e Redenção por excelência.

A atitude do filho mais novo é uma clara alegoria da atitude do homem que rejeita os raios da paternidade. Quer viver a sua vida, ser feliz, «fora da casa do pai», prescindindo da solicitude amorosa do Pai para com ele, sentida como uma relação senhor-escravo, uma vez aceite a tentação da suspeita sobre a bondade paternal de Deus...

É claro que há nesta atitude uma mentira de fundo. O filho quer «viver a sua vida», prescindindo da sua filiação, mas... à custa da herança recebida do pai! É o querer «ser como Deus» usando os dons recebidos como filhos de Deus.

Assim, essa herança, usada fora do seu verdadeiro sentido, acabaria por esgotar-se, perverter-se, e a relação senhor-escravo não tarda a revelar-se como uma triste realidade sob a forma de escravidão, também em relação às coisas materiais (tinha fome e nem lhe davam as bolotas com que se alimentavam os porcos).

Surge então novamente essa ambiguidade da relação pai-filho não assumida: «não sou digno de ser seu filho», mas... «na casa de meu pai...»... «volto e digo-lhe: pai...». A consciência da ofensa, precisamente quando é mais aguda, torna-se também veículo de uma esperança. A recordação do caminho percorrido no mau sentido, aponta o caminho do regresso.

E é então que se dá a grande reviravolta da parábola, na atitude do pai. Contra toda a expectativa, ao ver regressar o filho, em vez de ver nele o filho que o ofendeu, que cortou os laços que os uniam, que delapidou a herança, feito um farrapo no corpo e na alma, vê nele «o seu filho querido, que estava

morto e tinha ressuscitado». Diríamos que, neste filho, estão identificados dois filhos, o filho pecador e o filho amado, e que o pai ao amar o filho amado, salva o filho pecador, que em certo sentido morreu e ressuscitou para uma vida nova. E assim, entrou na alegria do «banquete» do Reino dos Céus.

Vemos assim o especial significado que tem o facto de Deus nos ter salvo enviando o Seu Filho Bem-amado, e enviando-o de um modo muito concreto: tomando uma natureza humana, isto é, surgindo «nascido da carne» (encarnando-se), assumindo a «descendência de Adão», «provado em tudo à nossa semelhança, excepto no pecado» (*Heb 4, 15*) e a quem Deus «o fez pecado por nós» (*2 Cor 5, 21*)⁶.

«É assim que se gera este homem novo, se cria este novo enxerto dos filhos de Deus (cf. *Rom 6, 45*), se liberta a criação inteira da desordem, e restaura todas as coisas em Cristo (cf. *Ef 1, 5*), que nos reconciliou com Deus (cf. *Col 1, 20*)» (Cristo que passa, 65).

3. A Consumação escatológica da Salvação

Esta Salvação, em Cristo, é explicada pelo Papa. «Salvar quer dizer libertar do mal radical, definitivo. Tal mal já nem sequer é a morte. Já não o é, se é seguida pela Ressurreição. E a Ressurreição chega por obra de Cristo. Por obra do Redentor, a morte deixa de ser um mal definitivo. É submetida à potência da vida [...].

«E o que é essa vida eterna? É a felicidade que provém da união com Deus. Cristo afirma: 'A vida eterna consiste nisto: que Te conheçam a Ti, ó Pai, por único Deus verdadeiro e a Jesus Cristo a quem enviaste' (*Jo 17, 3*). A união com Deus torna-se realidade na visão do ser divino 'face a face' (*1 Cor 13, 12*), visão dita 'beatífica' [...]. Em Jesus Cristo, o homem é chamado a tal participação e é conduzido a ela (cf. *Jo 11, 21-26*)»⁷.

É o que S. João nos diz: «Caríssimos, agora somos filhos de Deus, mas não se manifestou ainda o que seremos. Sabemos que, quando Ele se manifestar, seremos semelhantes a Ele, porque o veremos como Ele é» (*1 Jo 3, 2*).

Mas especialmente na nossa época (herdeira do Iluminismo), surge uma característica preocupante que é a perda do sentido da paternidade, na sua dupla vertente, a divina e a humana.

Daí a importância da mensagem de S. Josemaría para os homens do nosso tempo.

6. Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2606.

7. Cf. João Paulo II, *Atravessar...*, n.12.

© *by* Edições LICEL,CRL, Apartado 570, 4711-915 Braga